

Literatura, memória e autoritarismo: uma análise de Bar Don Juan (1971) e A Leste dos homens (2017)

Literature, memory and authoritarianism: an analysis of Bar Don Juan (1971) and A Leste dos Homens (2017)

Joachin Azevedo Neto¹
Ítalo Raionny Teixeira Silva²

Resumo

O presente artigo é dedicado ao estudo das relações entre literatura do trauma e memória, entendendo a memória como uma fonte histórica relevante para a problematização do vivido. Como principais objetos de estudo, temos a obra *Bar Don Juan*, de Antonio Callado, publicada em 1971, durante o período ditatorial brasileiro e a obra *A Leste dos Homens*, de Políbio Alves, publicada em 2017, que apresenta os horrores vividos pelo escritor durante o período de autoritarismo. Entendemos que a literatura do trauma, seja ela em forma de literatura testemunhal ou literatura ficcional, pode ser considerada um elemento essencial de representação da luta, resistência, identidade e na interpretação da ditadura civil-militar (1964-1985). A Literatura é uma manifestação artística que mantém diversas formas de conexão com a memória, sendo aqui considerada importante fonte testemunhal sobre a opressão e formas de resistência ao aparato repressor da ditadura civil-militar brasileira.

Palavras-Chave: Literatura; Fontes; Trauma; Memória; Ditadura Militar.

Abstract

This article is dedicated to the study of the relationship between trauma literature and memory, understanding memory as a relevant historical source for the problematization the lived experience. As main objects of study, we have the work *Bar Don Juan*, by Antonio Callado, published in 1971, during the Brazilian dictatorial period, and the work *A Leste dos Homens*, by Políbio Alves, published in 2017, which presents the horrors experienced by the writer during the period of authoritarianism. We understand that trauma literature, whether in the form of testimonial literature or fictional literature, can be considered an essential element in the representation of struggle, resistance, identity and in the interpretation of the civil-military dictatorship (1964-1985). Literature is an artistic manifestation that maintains several forms of connection with memory, being here considered an important witness source about oppression and forms of resistance to the repressive apparatus of the Brazilian civil-military dictatorship.

Keywords: Literature; Sources; Trauma; Memory; Military Dictatorship.

¹ joachin.azevedo@upe.br

² raionnyteixeira14@gmail.com

De que forma a literatura do trauma, engajada com a denúncia das diversas violências durante períodos autoritários, pode auxiliar o entendimento da nossa sociedade e na relação entre história e memória? O que iremos investigar é como a determinada produção literária se posicionou sobre o período ditatorial a partir de temas abordados de maneira ficcional e da compreensão das consequências que a censura e a repressão trouxeram para autores que combateram a ditadura. Ao tratarmos da relação entre a história, literatura e memória, percebe-se a importância da ficção enquanto testemunho literário do autoritarismo em nosso país. Desse modo, a chamada literatura do trauma constitui uma importante ferramenta de resistência contra as políticas de esquecimento desde o Golpe de 1964 até os dias atuais, que fortalecem posicionamentos negacionistas. Partimos da noção geral de que em um país tão vulnerável à corrupção e a violações de Direitos Humanos, como o Brasil, os negacionistas do golpe e ditadura militar prestam um verdadeiro desserviço para a democracia e o interesse público.

Essas reflexões e questionamentos mais amplos são bastante importantes, embora de grande complexidade para serem debatidos nessa pesquisa inicial. De todo modo, os estudos sobre memória e representações ficcionais do autoritarismo podem contribuir para lançar alguns esclarecimentos sobre a recente história política nacional. Sendo assim, iremos trabalhar neste artigo, enquanto fonte documental, a obra *Bar Don Juan* (1971), do jornalista e romancista Antonio Callado (1917-1997) e *A leste dos homens* (2017), do poeta e escritor Políbio Alves. Lançado originalmente em 1971, o romance de Callado faz uma síntese de diversos debates suscitados pelas esquerdas sobre violência estatal, revoluções, a atuação intelectual, a realidade das classes trabalhadoras e o perfil dos mandatários do poder na época do golpe militar. Já a citada obra de Políbio Alves foi publicada recentemente em 2017 e propõe um ajuste de contas com a própria consciência e os traumas vivenciados pelo autor por ter sido uma vítima da brutalidade policial nos porões de tortura do infame Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O narrador tornou público o fato de que só agora conseguiu reunir forças para escrever sobre as rotinas de medo, calúnias, mentiras, desespero e violência impostas para o próprio autor e outros tantos(as) brasileiros(as) nas décadas de 1960 e 1970.

Os autores citados são de suma importância para buscarmos um entendimento bem fundamentado em torno dos debates sobre memória da ditadura militar no Brasil. Suas memórias dos horrores vivenciados durante os anos de chumbo da ditadura foram elaboradas por meio da literatura. Essa escrita engajada está inserida, em uma perspectiva mais ampla, na luta contra o esquecimento dos crimes contra a integridade humana e toda sorte de abusos de poder perpetrados pelos governos militares. São fortes registros, portanto, de anseios reais por liberdade de expressão, justiça e cidadania.

História e memória se apresentam como formas distintas de interpretação do passado. Entre as diferenças, a História funciona com formas e procedimentos científicos, utilizando um método, uma análise mais crítica das fontes e sempre buscando novas fontes e evidências que possam auxiliar o trabalho. A Memória, por sua vez, vem como uma busca e intenção de trazer a fidelidade ao passado, ser fiel aos acontecimentos e às ações daquele período do testemunho. Sendo assim, apesar da memória não ter uma metodologia e ela tratar de forma mais detalhada as vivências individuais,

apesar de ocorrer em alguns casos o esquecimento de determinados acontecimentos e uma idealização que satisfaça o indivíduo, ela é um elemento fundamental na construção da História, adotada como uma fonte de alta importância.

Apesar das diferenças, como podemos trabalhar a relação entre História e Memória? De acordo com Rodrigo Patto S. Motta (2013, p.62), “devemos resistir à tentação de transformar a Memória em História [...] o testemunho só pode oferecer um olhar parcial e interessado, naturalmente é um ponto insuficiente para quem almeja chegar próximo a verdade” (MOTTA, 2013, p. 62). Apesar da memória oferecer esse olhar parcial, vemos como algo natural após um evento traumático. Carlos Fico no seu texto “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, diz que “não há nada de estranho no surgimento de memórias confortáveis após eventos traumáticos. Essa é a reação natural das sociedades e costuma ser um dos caminhos mais comuns, muito embora a memória traumática ou a frustração também ocorram” (FICO, 2017, p.37).

A compreensão de Rodrigo Patto sobre o testemunho, em se tratando da ditadura militar, agrega o uso da memória de forma útil e positiva para o interesse público. Entretanto, esse uso também está sendo feito por quem estava ou apoia o outro lado dos acontecimentos, o lado dos opressores, seja de forma direta, seja indireta. Desse modo, existem dois grupos políticos – progressistas e conservadores – disputando a veracidade absoluta do passado em uma verdadeira sucessão de “Batalhas de Memórias” (MOTTA, 2013, p.62). Dito isso, como afirmar qual das memórias é a verdadeira?

Sabemos que, no Brasil, o período 1964-1985 diz respeito aos anos de autoritarismo, radicalizações, atrocidades, corrupção política e subserviência diplomática do Brasil diante dos Estados Unidos. A escalada ditatorial do governo militar brasileiro foi acompanhada de bastante repressão e de violações, seja da ordem democrática, seja dos direitos humanos. Além da violência, tortura e medo, um dos *modus operandi* adotados pelo regime ditatorial foi a censura aos meios de comunicação. Sendo assim, muitos intelectuais, artistas e outros formadores de opinião pública enfrentavam o crivo do Estado de Exceção sempre que tentavam denunciar os abusos de poder que aconteciam nesse momento histórico do nosso país. A repressão foi impiedosa e não fazia grandes distinções do grau de suposta ameaça à ordem ditatorial entre, por exemplo, guerrilheiros e poetas.

O que distingue a ditadura militar no Brasil das vivenciadas em outros países sul-americanos? A Argentina, por exemplo, passou por uma ditadura bastante violenta e também marcada pelo desaparecimento, tortura e morte de várias pessoas. Por que, no Brasil, a apologia ao golpe militar se tornou cotável por políticos e eleitores atuais? No Brasil e na Argentina, existe uma disputa pela memória quando se trata do período de ditaduras militares. Essa disputa se caracteriza pela demanda democrática de setores civis e políticos para que, de fato, haja justiça para as vítimas das violações dos Direitos Humanos que foram efetuadas pelo Estado entre 1964 até 1985 e, por outro lado, pelas tentativas de revisionismo e de negacionismo em torno da responsabilidade dos atos daqueles que cometeram esses crimes humanitários.

Na Argentina e no Chile, a sociedade civil e instituições democráticas conseguiram com que vários dos responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a ditadura militar fossem levados a julgamento e, conseqüentemente, condenados à prisão perpétua. No Brasil atual, o sentimento de acerto de contas com o passado não está em pauta, diferentemente do que ocorreu no governo de

Lula (2003-2011), com Dilma Rousseff, então chefe da Casa Civil, que determinou a abertura de acervos documentais relativos à ditadura militar e, em 2011, estabeleceu a Comissão Nacional da Verdade para ouvir e documentar o testemunho de diversas vítimas de violência estatal no período e evidenciar aspectos até então desconhecidos das torturas e outras violações de Direitos Humanos entre 1964-1985.

Os focos de apoio popular ao retorno de um governo militar, participação de oficiais das Forças Armadas em ameaças à democracia e a eleição de um presidente como Jair Messias Bolsonaro, sempre envolvido em polêmicas apologéticas de agentes torturadores, se deve à impunidade relacionada aos crimes cometidos por servidores da segurança pública nos chamados tempos de chumbo. Um dos episódios importantes sobre a impunidade dos atos cometidos nesse período no Brasil aconteceu em 28 de agosto de 1979, quando foi criada a Lei nº 6.683, pelo então presidente João Figueiredo, com a denominação popular de “Lei da Anistia”. Essa lei concedia o perdão a todos aqueles que cometeram crimes políticos ou eleitorais e aqueles que sofreram restrições aos seus direitos políticos em virtude da ditadura militar.

Essa constatação tem implicações históricas profundas, pois o golpe que culminou no estabelecimento da ditadura militar brasileira não foi formado apenas por militares e contou com o apoio de religiosos, artistas, mídia, empresários e políticos. Portanto, devemos sempre ter como alvo principal da reflexão histórica as ações de atores sociais concretos. Assim, a ditadura militar foi um período responsável por problemas de cunho econômico, político e institucional no país. Evidentemente, os maiores responsáveis foram militares que estavam no lugar central das principais decisões políticas. Agentes públicos que, além de deixar um repugnante legado de traumas inimagináveis em pessoas torturadas, deixaram diversas famílias sem o direito de dar um funeral digno para os restos mortais de entes queridos que desapareceram durante o período.

Em “Ditadura, anistia e reconciliação” (2010), Daniel Aarão Reis tece reflexões que podem auxiliar na compreensão das origens do significativo índice de apoio popular ao governo militar brasileiro. Ao discorrer sobre o envolvimento de setores conservadores da sociedade civil durante aquele período, “ditadura civil militar” é um termo usado pelo autor para esclarecer que a ditadura não foi apenas instaurada por um Estado que se sobrepôs ou por militares sanguinários e usurpadores de poder. Para o autor, é preciso atentar para as múltiplas e complexas relações entre elites econômicas, religiosas e militares na construção do golpe e em sua sustentação. Mesmo dentro das universidades, houve quem deu sustentação à ditadura e fez com que professores e estudantes acabassem sendo delatados e perseguidos por razões ideológicas.

Embora a inclusão do termo “civil” possa causar confusão, como se todas as pessoas e principalmente a classe mais baixa fossem apoiadoras da ditadura militar, devemos pensar que existiram classes sociais mais prejudicadas pelo golpe militar do que outras. Assim, não é conflitante constatar diversos focos de apoio entre elites sociais e classe média baixa ao período de autoritarismo. No seu artigo “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, Carlos Fico afirma: “o que define a natureza dos eventos da história política não é a rede de apoios com que contam,

mas os sujeitos históricos que os engendram” (FICO, 2017, p. 34). Tratarmos a ditadura militar como uma “ditadura civil militar” é uma revisão interpretativa que tem um objetivo justo. Não se trata de propor “reinventar a roda”, mas de levar em conta, em se tratando dos governos militares, as principais causas, motivos e responsáveis pela sua legitimação.

Não devemos analisar obras literárias que fazem referência a ditadura militar brasileira somente no sentido estético. A literatura do trauma, ao fundamentar pesquisas acadêmicas, pode fornecer um novo olhar para questões políticas e sociais relativas a experiência autoritária. É essencial vermos as denúncias feitas pelos escritores como uma forma de resistência, cujo o intuito é sempre de informar, se posicionar e de alertar os leitores para horrores acontecidos. Os impasses que levaram ex-militares e civis a aderir a luta armada, a tortura e o assassinato de militantes e o despreparo de algumas organizações de esquerda são algumas conjunturas históricas que são amplamente representadas na ficção brasileira contemporânea.

Antonio Callado, um dos maiores escritores brasileiros do século XX, nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1917, e faleceu em 28 de janeiro de 1997. Foi jornalista, romancista, biógrafo e teatrólogo. Em 1937, Callado iniciou a sua carreira jornalística como repórter e cronista no jornal O Correio da Manhã e, em anos seguintes, contribuiu também no O Globo. Experiências essas que proporcionaram a ele muitas viagens e contatos que serviram de suporte para os temas de suas obras. Em 1941, Callado desloca-se para Londres como contratado do serviço brasileiro da rádio BBC para realizar a cobertura da Segunda Guerra Mundial. Em 1968, o escritor trabalhou na cobertura nacional da Guerra do Vietnã:

Não fui ao Vietnã para descobrir quem tinha razão. Isso eu já sabia. Fui lá para entender como os vietnamitas haviam conseguido, comendo arroz e caldo de peixe, forças para derrotar, em 1954, a potência militar que era a França e, em 1968, levar os americanos à mesa de conferências (CALLADO apud FOLHA, 2003).

Além da carreira jornalística, dedicou-se também à literatura, cujas primeiras obras foram *Asunção de Salviano* (1954) e *Madona de Cedro* (1957), nas quais predominam a temática da religiosidade. Em outras obras, apresenta a relação entre a transformação revolucionária e a perda de esperança nas ações de resistência. Nessa seara, destacamos *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971), *Reflexos do Baile* (1976) e *Sempre Viva* (1981), que retratam o Brasil durante a ditadura militar e o diálogo com o espírito de resistência. Declaradamente engajado com a esquerda e aos princípios socialistas, Callado tinha consciência da relação entre escritor, memória e história, bem como de sua contribuição para reflexões posteriores sobre a ditadura militar. Seu comprometimento com a denúncia dos horrores vividos nessa época e na luta contra a repressão, fez com que o autor fosse preso algumas vezes: uma em 1964, logo após o golpe militar e outra em 1968, após o AI-5. Mesmo com a proibição e censura, Callado continuou escrevendo e denunciando a ditadura.

A obra *Bar Don Juan* foi escrita por Antonio Callado em 1971: um dos momentos em que o país vivia o período mais conturbado de autoritarismo e da crueldade dos militares. A luta armada era um tema já abordado em *Quarup* (1965), porém nela trazia um sentimento de esperança e a resistência como uma solução para combater a ditadura. Em *Bar Don Juan*, Callado apresenta um

outro sentido e sentimento após aqueles seis anos de golpe, trazendo toda a sua desesperança com a revolução, ao fazer um retrato autocrítico das esquerdas e do Brasil. De forma irônica, discute os erros dos revolucionários ao protagonizarem uma luta inútil: não pelos ideais, mas pela forma como foi organizada.

Callado, já nas primeiras páginas, traz uma literatura engajada quando narra de maneira realista as câmaras de tortura sofridas pelo casal de personagens João (escritor) e Laurinha. João, que recebe choques na glândula e no ânus, é espancado e, em seguida, é obrigado a ver a sua amada no pau de arara, sendo torturada e estuprada por um militar que atendia pelo nome de Salvador. João, a partir dessa conversa com Laurinha em busca das lembranças pelo seu torturador, inicia a sua busca por vingança.

Embora não gostasse de lembrar, João tinha um medo pânico de esquecer. Os próprios torturados, ao cabo de certo tempo, tendem a achar que estão exagerando. Ou colocam-se num plano superior, silencioso e desdenhoso, pois o que não é possível é ter vivido tamanho horror e esbarrar, ao contá-lo, na polida incredulidade de alguém. (CALLADO, 2014, p. 09)

Callado busca incomodar e trazer desconforto ao leitor quando inicia *Bar Don Juan* de maneira tão crua. Sempre atento com as transformações sociais e políticas do país, tinha uma visão marcada pela empatia em face das vítimas da repressão. Sua obra reflete sobre a memória, bem como o medo das diversas formas de opressão e controle social instituídos pelo golpe de 1964. A personagem Laurinha, por exemplo, não se sente bem em falar das torturas que sofreu, não deseja lembrar dos momentos de agonia que passou.

Callado traz como o trauma afetou muitas pessoas que, assim como Laurinha, foram torturadas. Muitos dos que viveram esses horrores e injustiças sentiram ou sentem vontade de esquecer devido ao trauma que esses acontecimentos geraram e ainda refletem na sua vida:

João, meu corpo já tem sua história de revolução para você e chega, chega, agora chega, olha as medalhas roxas que eu ganhei na luta, as pancadas, os chupões, aquele bruto entrando em meu ventre seco. Me ensaboei no chuveiro, na banheira de água quente, lavei a baba, o cuspe, lavei a revolução toda, e agora chega, chega. Não disse nada de você e seus encontros, protegi você, menti por sua causa para você se orgulhar de mim e agora chega, pelo amor de Deus. (CALLADO, 2014, p.69)

O escritor critica diretamente a postura dos intelectuais em relação àquele contexto político hostil. Apesar de existir neles um compromisso com o ideal de libertação, esse pacto ficava diluído em excessivas discussões teóricas sempre regadas a goles de whisky falsificado, cigarros baratos, egoísmo e sem o desprendimento da vida privada dos envolvidos. É nesse sentido que se emprega o termo “esquerda festiva” para caracterizar os personagens principais de *Bar Don Juan*. A “esquerda festiva” é retratada por um grupo de jovens de esquerda da classe média, do Rio de Janeiro, que vivem os horrores da ditadura e que buscam se organizar para se apresentarem à Guerrilha de Che Guevara. Esses jovens se reúnem em um bar, chamado Don Juan, no bairro do Leblon, na chique Zona Sul do Rio de Janeiro. Toda a pressa e desorganização ficam evidentes quando os personagens escolhem um bar como ponto de discussão para os planos e quando não abdicam das suas vidas particulares, seus empregos ou a boêmia para a tentativa de realização dessa revolta.

A personagem Mariana, por exemplo, “(...) tinha pedido férias na repartição, para ir a Mato Grosso, pensando com amargura nos revolucionários do Brasil: tirava férias para fazer a revolução” (CALLADO, 2014, p.110). Os intelectuais do romance achavam que a revolução aconteceria a qualquer momento e de qualquer forma, bastando tirar férias do seu trabalho para ajudar na derrubada da ditadura. João, após a conversa com Laurinha, fica obcecado em identificar o autor da tortura, dando início a uma perseguição na qual consegue encontrar o policial de nome Salvador. Ao encontrá-lo, percebe que o mesmo leva uma vida normal: ao sair do trabalho frequenta uma loja de candomblé, loja de bichos e gaiolas, oficina e que toma ônibus até um botequim para ingerir pinga. João percebe que Salvador tem filho e esposa. O policial que o torturou, portanto, é um homem comum que age através de um Estado. O personagem escritor de *Bar Don Juan* percebe que seu problema não será solucionado apenas com um ajuste de contas com o homem que o torturou e a sua esposa. Uma vingança pessoal não bastava contra a força daquela ditadura que recrutava amplos seguimentos da sociedade brasileira.

O personagem Joelmir é um ex-sargento que tinha participado da espera da revolução em Caparaó. Callado usa bastante esse personagem logo no início da trama para mostrar que a revolução contra o capitalismo/ditadura militar não aconteceria. Era o ex-militar que possuía as armas que fariam a revolução, sempre engraxando, limpando e cuidando delas. Joelmir esperava um sinal, mas não sabia ao certo de onde viria. Há muito tempo, não recebia notícias dos guerrilheiros e disse em conversa com João quando se encontraram no pantanal: “– Durante quatorze meses estive sem notícias de lugar nenhum, nem de Montevideú, nem de São Paulo, nem de vocês no Rio. Nada, nada” (CALLADO, 2014, p.137).

O citado trecho expressa o isolamento dos grupos de esquerda armada, a falta de comunicação e de organização em que se inseriram. Trata-se de uma alusão ficcional a Guerrilha do Caparaó, ocorrida entre fins de 1966 e início de 1967, foi provavelmente o primeiro movimento no país de resistência armada à ditadura. O cenário era a região do Parque Nacional do Caparaó, localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Apesar do envolvimento de alguns civis ligados a organizações de esquerda, os integrantes da guerrilha eram em sua maioria ex-militares. O movimento ainda contava com o apoio de Leonel Brizola. Eram 14 homens que permaneceram na Serra de Caparaó, passaram cinco meses isolados da comunidade local e enfrentaram as dificuldades desse isolamento, mal alimentados, isolados, doentes e psicologicamente prejudicados. Foram presos pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Em *Bar Don Juan*, Joelmir fala também sobre a guerrilha composta, em sua visão, por guerrilheiros armados e vontade revolucionária, mas que cansaram de esperar uma data, um sinal para desencadear a revolução: “- E deu muito camarada valente em Caparaó. Não eram frouxos não. Tinham armas, tinham de comer, tinham vontade de lutar. Mas não tinham, nunca tiveram data. Começaram a entrar na vida da região, a descer montanha para ir as cidades, a facilitar com o sistema de segurança” (CALLADO, 2014, p.138).

O cansaço de Joelmir e de outros possíveis revolucionários não era compreendido pelo escritor João, que via uma grande chance teórica de vitória se todos seguissem a partir dali para Bolívia. Em uma das passagens que mostram, de forma mais clara, o cansaço e a desorganização da revolução,

Joelmir esclarece para João a metáfora da palmeira carandá:

- O senhor conhece essa palmeira?
 - É a carandá, não é?
 - Isso mesmo. No Norte a gente trata isso por carnaúba.
 - É a mesma coisa?
 - Igualzinha, igualzinha, só que a carnaúba dá cera e a carandá não.
 - Que interessante – disse João – Não sabia não
 - Você sabe por quê? – disse Joelmir.
- João balançou negativamente a cabeça.
- É que a carnaúba, como eu aprendi no Norte, dá cera para guardar na árvore a água, que é pouca. Aqui no Pantanal água sobra. Por isso é que a carandá não dá cera, não é mesmo?
- João balançou a cabeça afirmativamente.
- Assim são as coisas – disse Joelmir – A gente dá água a carnaúba ela não faz mais força, vira carandá, largada aí pelos campos. Revolucionário sem ocupação também não dá mais cera não, João. Os guerrilheiros da gente aqui virou tudo carandá. (CALLADO, 2014, p.139)

Outro personagem importante a ser destacado é outro escritor de nome Gil, que é empurrado para a revolução quando Mariana o troca por Mansinho. Então, Gil aluga um sítio no Pantanal, onde fora procurar Joelmir, bem como deseja escrever livros e recuperar Mariana. A autocrítica de Callado questiona o papel dos intelectuais naquele momento do país e é representada no papel desse personagem no enredo. Em um dos trechos, Callado até se confunde com seu personagem, quando Gil diz publicamente que está desistindo de produzir um novo livro inspirado na revolução em um encontro com Marighella, Prestes, Partido Comunista, ligas camponesas e dos sindicatos rurais do Nordeste:

Documentei tudo, arrumei tudo, e esperei até agora o fio condutor, uma bela história qualquer, uma resistência armada de seis meses e quatro cadáveres. Aprofundei meus tipos, acelerei vocês, coloquei todos a postos, prontos para a ação. Vocês ficaram irreconhecivelmente belos e terríveis. Eu me contentava com qualquer gesto positivo de revolução e soltava a matilha de vocês, no centro da história, fosse ela qual fosse. Os personagens estão aí nessas folhas feito troncos secos armados em fogueira. Mas ninguém me deu uma fagulha, nada. Ninguém tinha gasolina, fósforo, isqueiro. Pode-se fazer ficção de quase tudo, mas inventar uma revolução é impossível. (CALLADO, 2014, p.169)

Contudo, após a captura de Che Guevara e consequentemente sua morte, há o entendimento do fracasso da revolução. Porém, mesmo após as mortes dos amigos e de Che, vale destacar que na liderança de Laurinha (trazendo o papel da mulher na luta armada), Aniceto e Mariana se reorganizam para combater a ditadura. Callado apresenta uma perspectiva de que as ideias e os pensamentos de resistência devem prosseguir vivos, que os erros não devem mais ser cometidos, mas aprendidos e que a luta não pode parar, deixando claro que esse não é o ponto de chegada, mas sim o ponto de partida.

Callado, além de um escritor, era jornalista, o que dá mais destaque às suas obras. Pois era alguém que tinha muitas informações sobre as atrocidades que aconteciam e os movimentos de resistência que eram feitos. Além disso, tinha acompanhado os processos do movimento guerrilheiro nacionalista de Leonel Brizola. Portanto, com a escrita da obra, mostra a sua desilusão e seu desânimo da luta contra as forças que comandavam o país, além de evidenciar que as conjunturas de desorganização são motivos para o fracasso da revolução.

A obra, então, apresenta o desânimo e uma crítica ao intelectual revolucionário brasileiro que, apesar da boa intenção dos ideólogos progressistas; representados, para Antonio Callado como a “esquerda festiva”, entendiam a revolução de forma apenas teórica. Não tinham nenhuma prática em pegar em armas e fazer a revolução de forma real e organizada: “nossos companheiros não querem realizar a revolução e sim realizar-se nela” (CALLADO, 2014, p.155). O autor ilustra bem seu desencanto quando há a representação de uma esquerda festiva, boêmia, egoísta e, de certa forma, excludente, pois não há “povo” entre esses personagens. Mesmo nas viagens que o grupo faz, nas conversas no bar, não há abertura e participação da massa popular. Porém, essa falta de “povo” nas organizações também se devia muito às manobras que os militares faziam, impondo um medo com quem se voltasse contra a ditadura.

A grande jornalista, escritora e educadora Ana Arruda Callado, viúva de Antonio Callado, também detida no período da repressão, no seu prontuário os motivos da prisão eram: por ser “esposa de Antonio Callado” e por ser “antiga militante comunista, na área do Rio de Janeiro”, mostrando que a vida e o trabalho de Antonio Callado eram vigiados, levando censura e perseguição aos seus próximos. Em seu livro *O país que não teve infância: as sacadas de Antonio Callado* (2017), reuniu várias crônicas produzidas por Antonio Callado ao longo de sua vida. Em uma das crônicas, o escritor abordou um filme que assistiu chamado *Pra frente, Brasil* (1982), que retrata a repressão da ditadura militar brasileira durante a copa do mundo no México em 1970. A. Callado apresenta o terror vivido por um personagem preso e torturado por ser considerado subversivo, ao ser encontrado dividindo um táxi com um militante de esquerda:

Nós vivemos, o país inteiro viveu aquilo – o desenrolar da história nos diz o tempo todo -, e é importante não esquecer. O achado da história em si mesma é que, como a grande vítima do filme, o mais torturado nem sabe, o tempo todo, por que o torturam; o gume, o fio cortante do entrecho, deixa de ser ideológico para abranger a condição humana. (A. CALLADO, 1982, p.173)

Bar Don Juan é um romance recebido com bastante crítica quando foi originalmente lançado, por parte dos militares que censuraram o livro dizendo ser “subversivo” e contra a “moral”, bem como pela esquerda que não o via como um romance político, apresentando uma exposição de militantes progressistas e guerrilheiros que, naquele momento, não aceitaram uma crítica feita que acabou se tornando um testemunho da impotência desses setores sociais diante do golpe militar.

Fernando Gabeira apresentou uma outra concepção sobre a luta armada e suas organizações. O jornalista e escritor tem uma obra muito importante sobre o período ditatorial, *O que é isso companheiro?* (1979), que traz a história do grupo do qual ele fazia parte o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e da participação desse grupo no sequestro do embaixador americano, caso que se tornou o centro das atenções em plena ditadura militar brasileira e também por conta disso o perigo que corriam quem estava na luta armada. Esse livro foi publicado quando Fernando Gabeira voltava dos dez anos de exílio, em que passou por Chile, Suécia e Itália. Essa obra tem tamanha importância que se torna um filme no ano de 1997. Após o seu retorno, além do livro, Gabeira impulsionou discussões sobre temas que envolviam a liberdade e análises críticas da luta armada.

Ainda que o romance de Callado traga essa estrutura de debate, crítica e da impotência das organizações de esquerda na luta contra a ditadura, entendemos a obra pertencente a uma literatura engajada, que tem como principal objetivo o não esquecimento das tentativas e das formas de luta, bem como objetiva a denúncia de forma comprometida das dificuldades sofridas e os horrores vividos naquele período, apresentando todo o contexto do qual o autor estava inserido e de toda sociedade oprimida. É uma obra importante contra as narrativas negacionistas, se pensarmos nas figuras dos personagens e escritores, que tentam a todo custo esquecer o que sofreram, mesmo quando tudo está tão marcado, como é o caso de Laurinha, que acabam esbarrando na impossibilidade do esquecimento, mas que anseiam em lembrar e escrever as narrativas para que não se percam, nem no cansaço, mas com a esperança de que as denúncias servirão de base para a compreensão daquele período.

O paraibano Políbio Alves nasceu em 8 de janeiro de 1941, no bairro Cruz das Armas na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Sua infância foi marcada por uma vida difícil, pois perdeu o pai muito cedo e teve que morar na casa dos avós com sua mãe e seus seis irmãos. Políbio foi alfabetizado pela própria mãe, aprendeu a ler e escrever e, logo depois, numa escolinha de fundo de quintal, começou a despertar ainda mais a sua curiosidade pelo conhecimento e as letras. Em 1960, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a ser educado e, em meio à ditadura militar, acabou sendo um preso político e torturado em 1968.

Políbio Alves recebeu vários prêmios nacionais e internacionais, algumas de suas obras já foram traduzidas para o espanhol, inglês e francês. Sua primeira obra *O que resta dos Mortos* é um livro de contos no ano de 1983. A sua segunda obra é intitulada *Varadouro*, um livro de poesia publicado em 1989, que também foi publicado em Cuba no ano de 1998. A terceira obra foi *Exercício Lúdico: Invenção e Armadilha* (1991), sendo lançada na língua inglesa no ano de 2003. Já em 2005, lança o livro *Passagem Branca*. No ano de 2013, lançou mais um livro de poesia, intitulado *Os Objetos Indomáveis*. Em 2014, lançou o livro de contos *Os ratos Amestrados fazem acrobacias ao amanhecer* e em 2015, lançou *La Havana Vieja: olhos de ver*.

Políbio Alves é um sobrevivente da ditadura militar, pois foi preso em 1968, após o assassinato do seu amigo e aluno, o estudante Edson Luiz de Lima Souto: morto pelo tenente Aloisio Raposo, após a truculenta invasão policial a um restaurante e alojamento estudantil conhecido como Calabouço. Na obra *A Leste dos Homens* (2017), o escritor traz à tona suas memórias, mostrando as atrocidades vividas com o Golpe de 1964 na sua cidade. É uma obra de denúncia do sofrimento humano, seja através das suas lembranças, dos crimes cometidos pelos soldados, do seu sofrimento e o das pessoas que lhe foram próximas:

Desta vez, eu posso e devo dizer os motivos deste livro. Os militares, em março de 1964, violaram a democracia colocando as barricadas, os cães amestrados e os tanques nas ruas, numa perspectiva de morte anunciada. Ah! Isso eu posso dizer. Porque sobrevivi ao massacre. (ALVES, 2017, p. 25)

A obra traz o aspecto de analisarmos como foi esse período autoritário em uma cidade mais afastada da efervescência dos grandes centros do país, apesar de se tratar de uma capital, sempre

pensamos em como foi esse período em cidades no interior do país, o quanto isso afetou a vida dessas pessoas, em como os estudantes se organizavam na busca de informações que pudessem servir para uma luta: “a velha cidade ao longo de várias décadas, conviveu com os soldados de passos firmes sobre as pedras seculares, herdeiras de sua memória histórica” (ALVES, 2017, p. 28).

Nesse trecho, ele discorre que “a partir daqueles dias de arbítrio, as pessoas que não colaborassem com o governo, delatando os familiares, os companheiros, os amigos, os vizinhos, eram consideradas subversivas e perigosas” (ALVES, 2017, p. 28). O autor traz essa perspectiva de como as pessoas eram tratadas a partir do Golpe de 1964, de como as ações eram controladas e de que forma as pessoas eram obrigadas a “contribuírem” com as ações dos militares. Dentro desse contexto, Políbio Alves destaca que “os embates entre o povo e a truculência policial era sempre resultante de prisões, espancamentos e mortes” (ALVES, 2017, p. 29). A violência estatal através da polícia, além de ser parte de um processo histórico, é ainda uma grave violação dos Direitos Humanos. E essa repressão policial fica evidente em vários aspectos da ditadura, principalmente nas invasões aos prédios das faculdades e nas repressões durante as manifestações.

O escritor trata também da miséria econômica que grande parte dos brasileiros vivia e da falência das condições humanas. Em *A leste dos homens*, os soldados queimam livros e massacram trabalhadores, estudantes, jovens, idosos. Contudo, nunca conseguem eliminar a resistência que é corajosa e importante nos subterrâneos, pois “eram tempos de chumbo, de violência e de ódio, eis a verdade” (ALVES, 2017, p. 34). O autor tem a necessidade de manifestar contra todas as atrocidades e injustiças sofridas pela sociedade civil. Na sua opinião, a literatura brasileira não deve ficar omissa diante das violações de Direitos Humanos cometidas durante a ditadura, conforme disse em entrevista recente para o periódico da Editora Recantos das Letras: “não há como escamotear a dor, o desespero, os pesadelos ainda inconfessáveis nas veredas das noites de insônia. A indignação é mais forte do que tudo” (ALVES apud ROCHA, 2017).

O próprio autor de *A leste dos homens* trata da exaltação e mistificação dos militares no poder, sendo direto e crítico sobre aqueles que, em semelhantes tempos de horror, praticam a subserviência:

Mais tarde, o povo fica a conhecer uma minoria de sua parcela que, numa harmoniosa cumplicidade se deixa rastejar aos pés dos militares. E como tal, os delatores utilizaram a própria língua – como todo subserviente – para dar brilho nos coturnos ainda úmidos de sangue. (ALVES, 2017, p.34)

De acordo com Márcio Seligmann-Silva, o gesto testemunhal parte, principalmente, da convergência entre a memória individual e da sociedade, já que “nas ‘catástrofes históricas’, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre em busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65). O testemunho, portanto, precisa condizer com a realidade para ter um aspecto de mensagem de esperança. Esperança de que os horrores vividos outrora não voltem a se repetir e também pode ser considerado um modelo de “dívida” com aqueles que não sobreviveram. O testemunho é essencial para Políbio: não como uma superação do passado, mas como forma de preservação da memória. Vimos que, diante de traumas

sofridos, muitas pessoas só conseguem falar sobre o tema após o afastamento dele. No caso do autor de *A leste dos homens*, mesmo tendo passado anos sem conseguir falar e escrever sobre as torturas que sofreu, é feito um ajuste de contas com a necessidade de debater os crimes cometidos pelos agentes da ditadura: “Quando fui preso, colocaram um capuz preto na minha cabeça. De repente, as mãos espalmadas dos agressores, caíram em cima dos meus ouvidos, pondo-me de joelhos ao chão” (ALVES, 2017, p. 37).

A leste dos homens é uma narrativa na qual difíceis lembranças são evocadas, mesmo que essa seja uma tarefa dolorosa: “Ah! Deus, perdi a noção do espaço de tempo em que fui submetido a todos os tipos de tortura. Não consigo esquecer os horríveis cubículos com ladrilhos tatuados de vômitos. E de argolas presas ao teto, impregnadas com o sangue dos mortos na prisão” (ALVES, 2017, p. 40). A angústia diária, o sofrimento das lembranças, nada é maior para ele do que a sua missão de denúncia: “Por muito tempo, décadas, fiquei em silêncio. Agora, não mais. Na verdade, desdenhei dos insultos batendo com os punhos nas grades das masmorras militares. E, com os olhos atentos, oculte o medo do autoritarismo” (ALVES, 2017, p. 41).

A cultura do medo e do terror por parte dos militares vinculadas aos Atos Institucionais era exercida por meio de algumas práticas, dentre elas estavam: o sequestro; a detenção; interrogatórios que tinham como objetivo intimidar; o uso do termo “comunista” como sinônimo para “terrorista” e “assassino”; o desaparecimento de pessoas; o uso sistemático da tortura; e a morte. Durante a ditadura militar, Políbio Alves foi preso e torturado e diz “ainda hoje me lembro dos sequestros de pessoas, dos interrogatórios, das torturas. Porque eram constantemente repassados aos prisioneiros, como forma de sedimentar em suas memórias a prática efetiva do terror” (ALVES, 2017, p. 42).

O período autoritário foi responsável pelos vários desaparecimentos e assassinatos, muitas dessas famílias ainda lutam pelo direito de encontrar os restos mortais dos seus familiares e amigos desaparecidos. Um dos locais usados pelos militares para enterrar pessoas como indigentes e que ficou escondido por algumas décadas é a Vala de Perus, no bairro de Perus em São Paulo. Em 1990, foram encontradas mais de mil ossadas numa vala de um cemitério, os restos mortais continham detalhes específicos e, após as devidas análises, constataram que uma parte do cemitério era usada por agentes da ditadura militar. Sobre essas práticas dos militares, Políbio Alves denuncia na sua obra:

A desova dos corpos assassinados foi intensa [...] às vezes, os corpos apareciam desnudos e mutilados nas pocilgas, nos curtumes ou nas periferias da cidade. Para que ninguém os identificasse, encharcava-os com gasolina e ateavam fogo nas mãos e nos rostos dos cadáveres. Entretanto, na ocultação dos cadáveres, o método mais utilizado era enxertar num cavalo ou boi abatido, o corpo esquartejado, para desaparecer pistas (ALVES, 2017, p. 43)

Algumas das mortes que aconteciam constantemente foram forjadas para parecerem acidentes ou suicídios. A estilista Zuzu Angel travou uma luta constante contra a ditadura militar ao buscar saber do paradeiro de seu filho, Stuart Jones, que era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Jones foi capturado no dia 14 de maio de 1971, levado para Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Lá foi brutalmente torturado e morto. Em 1976, a estilista

teria morrido em um acidente de carro por volta das 3h30, ao voltar para casa, na Barra da Tijuca, de um jantar na casa de amigos. O carro que ela dirigia capotou e caiu de uma altura de dez metros, após a saída de um túnel. Em julho de 2020, a justiça brasileira reconheceu que Zuzu Angel foi assassinada por agentes da ditadura militar após seu carro ter sido jogado por outro para fora da pista.

De acordo com Políbio: “O golpe de Estado ocasionou esses dias confusos e de muita dor. Então, é preciso denunciar essa brutalidade, é preciso dizê-la de qualquer maneira. Ainda que, desordenada. Exatamente, quando se fala ou se escreve” (ALVES, 2017, p. 56). Mais do que uma memória, *A leste dos homens* representa a dor oriunda das torturas que sofreu e o quanto isso trouxe sofrimento durante toda a vida do autor. Sobre o debate quanto à memória, fica evidente a posição do autor no trecho em que fala sobre o trauma. Embora a memória, para alguns, tenha a intenção de trazer recordações que tranquilizem ou tragam afastamento de certas situações, principalmente as traumáticas, Políbio demonstra que precisa expulsar todas elas:

Agora, juro, no meu cotidiano, nas minhas noites de pesadelo, eu reconheço em todos esses anos, o rosto, o corpo, as mãos, a fala do torturador que havia traído o Estado de direito, que havia traído o meu país e a democracia. Essa lembrança é essencial, tem caráter determinante para manter vivo o continente da memória (ALVES, 2017, p. 59).

Não há como mensurar a dor que Políbio deve ter sentido em cada parágrafo escrito, mas entendemos que o seu objetivo é denunciar para mostrar a verdade; e o que ele sofreu não se repita com nenhum ser humano. Com objetivo de continuação da luta por caminhos melhores, essa leitura trazida na literatura engajada é bastante importante. Assim como há esforços de muitos em tratar a ditadura militar como um período que trouxe melhorias ao país, existe também uma tentativa desesperada em apresentar falsos argumentos em debates sobre o tema, desde inocentar ou negar os crimes cometidos pelos militares, alegar que, no governo militar não existia corrupção, ou que só morriam terroristas, que o sistema educacional teve um grande avanço, que a saúde era para todos, a violência urbana não existia e que todos viviam em segurança, e a sempre tão falada falsa ameaça comunista: “como se todo mundo possuísse uma memória deslembada” (ALVES, 2017, p.85). Esforços esses que contribuem para uma narrativa negacionista, para o esquecimento da crueldade advinda da ditadura militar.

A obra de Políbio Alves representa uma reunião de forças do autor, que somente agora consegue externar as suas dores e traumas que permanecem sobre o período ditatorial. Apresenta também horrores vividos durante a ditadura militar por um viés memorial. Sendo esta um testemunho histórico de valor inestimável para a denúncia do sofrimento humano, a violência cotidiana e das várias atrocidades cometidas nos tempos de chumbo. A obra também vai está na contramão das políticas de esquecimento e revisionismo, pois o autor entende que forjar histórias de suicídios e de acidentes para mascarar o que aconteceu de fato é só mais uma forma de buscar imputar para as vítimas as responsabilidades dos atos de carrascos da ditadura militar.

Em vista disso, é preciso ter bastante cuidado com as fontes sobre o autoritarismo militar na América Latina para que pesquisadores(as) não acabem coadunando com discursos revisionistas e, portanto, contribuam para o assassinato, ao invés da problematização, das memórias ligadas aos

Anos de Chumbo. O revisionismo histórico e seus perigos foram discutidos pelo historiador Pierre Vidal-Naquet na obra *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios* (1987). Pierre Vidal-Naquet nasceu em Paris, em 23 de julho de 1930. Combatente incansável dos historiadores negacionistas que refutam a existência do holocausto do povo judeu no contexto europeu da II Guerra Mundial. Ele morreu aos 76 anos, em um hospital na cidade de Nice, na França, foi professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, especialista em Grécia Antiga, História Judaica e ficou conhecido pela sua militância contra violações de Direitos Humanos cometidas durante a ocupação colonial francesa na Argélia.

Em se tratando do trabalho historiográfico executado pelos historiadores acadêmicos, é preciso afirmar que esse ofício tem como base um conjunto de procedimentos teóricos, metodológicos e éticos. Seja nos arquivos ou nas salas de aula, um historiador profissional precisa ter compromisso com a pesquisa em torno da identificação de novas fontes, documentos e métodos epistêmicos. O conhecimento e o debate histórico são sempre submetidos a crítica dos pares; de representantes de uma comunidade de especialistas. Daí Vidal-Naquet ser bastante contundente ao pontuar que: “nada disso acontece com os revisionistas do genocídio hitlerista, onde se trata simplesmente de substituir a verdade insuportável pela mentira tranquilizadora” (VIDAL-NAQUET, 1987, p.36).

O autor, ao longo de sua trajetória, sempre insistiu na diferença entre o historiador que busca produzir ciência e negacionistas que apresentam argumentos e comparações sem nenhum tipo de lastro acadêmico ou ético. O negacionismo, dito revisionista, é pautado em ideologias nas quais há predisposição para desvalorização da pesquisa documental e dos testemunhos de pessoas que viveram os horrores e traumas de experiências autoritárias e genocidas. Vidal-Naquet analisa também os interesses políticos antidemocráticos presentes nas ideias de que não houve Holocausto judaico e até de que câmaras de gás não existiram na II Guerra. São reflexões que nos fazem entender o *modus operandi* de historiadores comprometidos ideologicamente ou que são simpatizantes de regimes políticos totalitários e autoritários. Um dos primeiros princípios dessa historiografia, dita revisionista, é o da negação. Para os negacionistas do Holocausto confrontados pelo historiador francês, como Robert Faurisson, todo testemunho direto de um judeu sobre assassinatos em massa nos campos de concentração na Alemanha nazista é uma mentira ou fruto da imaginação.

O que Vidal-Naquet nos ensina é que o Negacionismo histórico deve ser enfrentado a partir da identificação de textos que assim se enquadram, bem como para quem e a quais causas políticas estão servindo. Portanto, o autor não busca um diálogo com essa corrente extremista. No seu entendimento, não é possível haver um debate entre historiografia profissional e negacionismo. Os ditos historiadores revisionistas apresentam argumentos e comparações denominadas de pós-verdades: afirmações baseadas em opiniões e preferências pessoais. Para o citado historiador francês, portanto, “cabe aos historiadores arrancarem os fatos históricos das mãos dos ideólogos que os exploram” (VIDAL-NAQUET, 1987, p. 36).

A História precisa e deve ser estudada em uma perspectiva construtiva que contribua na elaboração de projetos e ações necessárias para as urgências do tempo presente. As correntes negacionistas agem de forma desonesta, prejudicial e, principalmente, com desprezo pelas vítimas da violência estatal. Nesse sentido, as discussões de Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*

(2007), sugerem uma “política de justa memória” e uma “memória esclarecida pela historiografia”. O filósofo esclarece que o trabalho do historiador é fundamental para a construção de uma política de justa memória que evite as armadilhas da obsessão pelo passado e os perigos do esquecimento (Cf. RICOEUR, 2007).

Ricœur critica também a aproximação existente entre anistia e esquecimento porque é uma via que propõe o perdão por crimes cometidos e não julgados. Desse ponto de vista, a anistia é um retrocesso no trabalho realizado com a memória. Caracteriza um cúmplice trabalho de esquecimento em face das ações de responsáveis por violações de direitos humanos, pois não há um enfrentamento do passado e muito menos uma exposição pública das atrocidades cometidas. O autor reflete também sobre o perdão: para ele, esse perdão poderá existir, mas, antes de tudo, é preciso se fazer justiça, em que só se pode perdoar quando se pode punir. O indulto de crimes coletivos cria impunidade e injustiça, naturalizando atos de violência. Essa forma de anistia/esquecimento, portanto, gera a sensação entre os adeptos do autoritarismo de que se pode repetir, mais uma vez, crimes contra opositores políticos e minorias quando e como bem quiserem. Nesse sentido, a violação de direitos humanos constitui de fato o imperdoável e o imprescritível.

A memória, nesses casos, de acordo com Ricœur, é evocada com o intuito de se fazer justiça por meio da instituição de uma maneira coletiva de recordar o passado. Sendo assim, o trabalho de historiadores profissionais que estudam catástrofes humanas deve estar em sintonia com o anseio de dar uma justa visibilidade para as vítimas. Trata-se de buscar equilíbrio entre o rigor científico e o clamor das famílias e da sociedade civil que tanto sofre com o Estado de Exceção. Ao investigar fatos que ocorreram em períodos autoritários, esclarecendo acontecimentos, trazendo novas informações e interpretando os testemunhos de traumas coletivos sofridos, a História profissional pode dar generosa contribuição para que horrores não voltem a acontecer, para que agentes estatais sejam julgados e condenados pelos crimes cometidos durante a vigência de regimes ditatoriais.

Temos que ter ciência de que um livro, um artigo, uma monografia, antes de ser um trabalho de pesquisa acadêmico, deve ser, acima de tudo, uma ferramenta de pensamento crítico. As obras literárias citadas neste trabalho devem estar disponíveis para o público em geral, além de que devemos sempre indicar outros textos que tratem do período ditatorial, com o objetivo dos mais jovens não reproduzirem preconceitos sem conhecimento do que realmente aconteceu. É o que a literatura e a memória fazem: colocar uma luz no que está ocultado, denunciar, apresentar memórias e vivências escondidas pelo medo e pela repressão, formando uma consciência social para que os crimes cometidos no passado sejam apresentados e não voltem a ser cometidos.

Portanto, essa literatura engajada é uma forma estética humanitária que aproxima e fala ao leitor acerca das atrocidades vividas nesse período. Trata-se de ferramentas de comunicação destinadas aos mais jovens, que podem vir a sentir comoção pelo não-vivido; para causar incômodo entre os que estão vivos e apoiaram ou apoiam os desfechos do golpe de 1964; dar voz para aqueles que sofreram com os horrores da repressão política e reforçar a luta por justiça de familiares que perderam seus entes queridos para a ditadura civil-militar. Esses testemunhos literários auxiliam na constatação de que o período ditatorial ainda é evento muito mal resolvido, que trouxe e ainda deixa muita tristeza, bem como sua sobrevivência oferece ameaças concretas a recente e inacabada cultura democrática brasileira.

Referências bibliográficas:

ALVES, Políbio. **A Leste dos Homens**. Rio de Janeiro: Inverta, 2017.

CALLADO, Ana Arruda. **O país que não teve infância: As sacadas de Antonio Callado**. Ed. Autêntica, 2017.

CALLADO, Antonio. **Bar Don Juan**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p.05-74. jan./abr.2017.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483.

FOLHA de S. Paulo. Callado foi ao Vietnã do Norte cobrir a guerra. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29/11/ 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

ROCHA, Rafael. A leste dos homens: entrevista com Políbio Alves. **Recanto das Letras**, s. l., 25 de jul. de 2017.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, Anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, jan-jun, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82, 2008.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas - SP: Papyrus, 1988.

Introdução